Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 5.189.761 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 42.590.879 mil, Ativos Totais de R\$ 44.180.546 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas,

conforme previsto em seu estatuto social. Em 2019 a Companhia deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.033.159 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2019	2018
ATIVO		
CIRCULANTE	1.459.977	4.524.730
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	113.137	174.622
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8)	151.856	1.192.066
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	1.033.250	639.675
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a)	161.071	1.050.179
Valores a Receber (Nota 10)	-	1.467.795
Outros Créditos	393	393
NÃO CIRCULANTE	42.720.569	41.236.975
Realizável a Longo Prazo	4.731.623	6.060.179
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	-	971.711
Valores a Receber (Nota 10)	805.794	2.761.807
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19f)	1.281.039	887.662
Depósitos Judiciais (Nota 12b)	1.293.975	1.040.604
Créditos Tributários (Nota 19c)	479.448	398.395
Investimentos (Nota 11)	37.988.946	35.176.796
TOTAL	44.180.546	45.761.705

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2019	2018		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE	41.775	1.612.840		
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19g)	4.655	5.706		
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a)	14.235	1.588.757		
Outras Obrigações	2.163	2.362		
Passivos Financeiros (Nota 13)	20.722	16.015		
NÃO CIRCULANTE	1.547.892	1.282.927		
Provisão para Impostos e Contribuições	113.520	92.277		
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	1.434.372	1.190.650		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.590.879	42.865.938		
Capital Social	22.000.000	22.000.000		
Reservas de Lucros (Nota 14d)	18.086.429	19.779.488		
Outros Resultados Abrangentes	2.504.450	1.086.450		
TOTAL	44.180.546	45.761.705		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	5.194.039	4.642.018
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11)	4.940.369	4.393.001
Resultado Financeiro (Nota 17)	462.196	461.908
Despesas Tributárias (Nota 15)	(186.080)	(188.512)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16)	(22.446)	(24.379)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.194.039	4.642.018
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(4.278)	(975)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.189.761	4.641.043
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)	0,66	0,57
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 14b)	0,66	0,57

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.194.039	4.642.018
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.940.369)	(4.393.001)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	(219.967)	(178.976)
Lucro Líquido Ajustado	33.703	70.041
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	2.999.196	(989.845)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	(425.623)	(173.623)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(118.896)	(76.556)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	2.488.380	(1.169.983)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	4.054.763	1.538.522
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	4.054.763	1.538.522
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(6.604.628)	(889.740)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(6.604.628)	(889.740)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(61.485)	(521.201)
Início do Exercício	174.622	695.823
Fim do Exercício	113.137	174.622
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(61.485)	(521.201)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Lucro Líquido	5.189.761	4.641.043
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.418.000	(9.160)
Total do Resultado Abrangente	6.607.761	4.631.883

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 26 de março de 2020.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição da caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos ativos financeiros
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
*** Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.
*** Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimonial e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.
(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)
Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido.

(iv) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas está apresentada na Nota 11.
Ágio (Goodwill)
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2019 e de 2018, não houve perda por *impairment*.
f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido
(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.
(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.
h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real de período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e provisão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

i) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

11) INVESTIMENTOS
Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Participação no capital social %		Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)	
				ON	PN	2019	2018	2019	2018
Bradesco (1)	75.100.000	135.539.980	21.023.023	1.825.930	971	30.707.267	29.940.241	4.608.863	3.904.643
NCF Participações S.A. ("NCF") (1)	8.914.795	14.451.913	954.774	1.259.587	-	5.709.850	3.619.619	371.713	321.734
Bradespar (1) (2) (3)	4.100.000	9.560.855	(403.207)	44.893	301	1.241.269	1.313.481	(56.026)	150.522
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	396.100	581.237	31.638	49.488	-	290.619	263.250	15.819	16.102
Ágio - Titanium (4)	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Ágio - Bradesco (4)	-	-	-	-	-	4.416	4.680	-	-
Total				37.988.946		35.176.796	4.940.369	4.393.001	

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em IFRS de 31 de dezembro de 2019;
(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;
(3) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e
(5) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

j) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).
k) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 20.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES
A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.
Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.
As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros
A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.
Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida.
Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes
As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação.
Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

• a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorrerem antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
• a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:
• A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016 em substituição às normas IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil, IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabelece que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros do IAS 17. A IFRS 16 é mandatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.
• IFRIC 23 - Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. Neste sentido, Autoridade Fiscal é considerada a decisão final dos tribunais superiores sobre a matéria. O escopo da interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. A IFRIC 23 tornou-se operacional para períodos financeiros com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Efetuou-se um estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma e concluiu-se que não houve impactos materiais na Companhia.
b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• *Conceptual Framework* (Estrutura Conceitual) - Ocorreram algumas alterações em definições contidas neste documento, com destaque para a definição de ativos e passivos. A revisão do *Conceptual Framework* entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis da Companhia.
• IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. A parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Depósito bancário (1)	109.749	117.979
Fundos de investimentos financeiros (2)	3.388	56.643
Total	113.137	174.622

(1) No país e no exterior; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Brades

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 1.293.975 (2018 - R\$ 1.040.604). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. A Companhia não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
No início do período.....	1.190.650	952.550
Atualizações monetárias.....	57.656	49.613
Constituição.....	186.066	188.487
No final do período.....	1.434.372	1.190.650

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2019 e 2018, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) PASSIVOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de swaps no montante de R\$ 20.722 (2018 - R\$ 16.015) com vencimento em abril de 2021.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ordinárias.....	7.841.959.524	8.215.402.936
Total.....	7.841.959.524	8.215.402.936

Em assembleia Geral Extraordinária e Especial de 25 de fevereiro de 2019, aprovou-se a alteração do estatuto Social para a conversão voluntária de ações ordinárias em ações preferenciais resgatáveis classe "A" de emissão da Companhia, na relação de uma ação ordinária para cada 0,868188689 nova ação preferencial classe "A".

Desta forma, foi aprovada a conversão voluntária de 373.443.412 ações ordinárias em 324.219.346 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, todas de titularidade de acionistas, e a devolução de parte do Capital da Companhia aos detentores da totalidade das ações preferenciais resgatáveis classe "A", correspondente ao cancelamento da totalidade das 324.219.346 ações.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	5.189.761	4.641.043
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	7.904.200	8.154.295
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,66	0,57

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Em 31 de dezembro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Ativos									
Caixa/Disponibilidades.....	-	-	-	-	-	-	109.749	117.978	109.749	117.978
Aplicações financeiras.....	-	-	2.037.972	2.801.517	-	-	18.771	1.770	2.056.743	2.803.287
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	-	165	-	-	-	-	-	165
Valores a receber de ligadas.....	805.794	760.602	-	3.469.000	-	-	-	-	805.794	4.229.602
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber.....	-	-	161.071	1.050.179	-	-	-	-	161.071	1.050.179
Passivos										
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	20.722	16.015	-	-	-	-	20.722	16.015
Juros sobre capital próprio a pagar.....	11.997	1.281.593	-	-	2.238	307.164	-	-	14.235	1.588.757

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Em 31 de dezembro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Receitas/(Despesas) de juros/outras.....	45.378	45.907	178.748	209.446	-	-	-	-	224.126
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio.....	(1.692.563)	(1.629.145)	1.785.960	1.805.673	(340.596)	(419.941)	-	-	(247.199)	(243.413)
Receitas/(Despesas) de aplicação.....	-	-	144.334	158.810	-	-	3.811	1.603	148.145	160.413

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titânium; e

(3) Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch ("Bradesco Cayman").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2019, foi determinado o valor máximo de R\$ 16.872 para remuneração dos Administradores e de R\$ 9.866 para custear planos de previdência privada complementar.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Remuneração e Contribuição previdenciária para o INSS.....	10.636	10.200
Total.....	10.636	10.200

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	7.749	10.184
Total.....	7.749	10.184

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	5.194.039	4.642.018
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(1.765.973)	(1.578.286)

Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....

Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....

Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....

Outros valores.....

Imposto de renda e contribuição social do exercício.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

Resultado líquido do imposto de renda e contribuição social.....

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e

(III) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	5.189.761	
Reserva legal.....	(259.488)	
Base de cálculo ajustada.....	4.930.273	
Juros sobre o capital próprio (bruto).....	2.033.159	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2).....	(197.053)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019.....	1.836.106	37,2
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018.....	1.827.735	41,0

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRFF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Contribuição à Cofins.....	153.681	155.694
Contribuição ao PIS.....	32.385	32.803
Outras.....	14	15
Total.....	186.080	188.512

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Despesas de pessoal.....	18.385	22.242
Serviços de terceiros.....	3.896	1.781
Editais e publicações.....	165	174
Total.....	22.446	24.379

17) RESULTADO FINANCEIRO

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 5.189.761 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 42.590.879 mil, Ativos Totais de R\$ 44.180.546 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1%

do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2019 a Companhia deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.033.159 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
ATIVO	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	1.459.977	4.524.730	CIRCULANTE	41.775
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	113.137	174.622	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19g).....	4.655
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8).....	151.856	1.192.066	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a).....	14.235
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	1.033.520	639.675	Outras Obrigações.....	2.163
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a).....	161.071	1.050.179	Passivos Financeiros (Nota 13).....	20.722
Valores a Receber (Nota 10).....	-	1.467.795		
Outros Créditos.....	393	393	NÃO CIRCULANTE	1.547.892
NÃO CIRCULANTE	42.720.569	41.236.975	Provisão para Impostos e Contribuições.....	113.520
Realizável a Longo Prazo	4.731.623	6.060.179	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b).....	1.434.372
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	871.367	971.711		
Valores a Receber (Nota 10).....	805.794	2.761.807	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.590.879
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19f).....	1.281.039	887.662	Capital Social.....	22.000.000
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	1.293.975	1.040.604	Reservas de Lucros (Nota 14d).....	18.086.429
Créditos Tributários (Nota 19c).....	479.448	398.395	Outros Resultados Abrangentes.....	2.504.450
Investimentos (Nota 11)	37.988.946	35.176.796		
TOTAL	44.180.546	45.761.705	TOTAL	44.180.546

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	5.194.039	4.642.018
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11).....	4.940.369	4.393.001
Resultado Financeiro (Nota 17).....	462.196	461.908
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(188.080)	(188.512)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(22.446)	(24.379)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.194.039	4.642.018
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(4.278)	(975)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.189.761	4.641.043
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)		
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 14b).....	0,66	0,57

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	5.194.039	4.642.018
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(4.940.369)	(4.393.001)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras.....	(219.967)	(178.976)
Lucro Líquido Ajustado	33.703	70.041
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros.....	2.999.196	(989.845)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações.....	(425.623)	(173.623)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(118.896)	(76.556)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	2.488.380	(1.169.983)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	4.054.763	1.538.522
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	4.054.763	1.538.522
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(6.604.628)	(889.740)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(6.604.628)	(889.740)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(61.485)	(521.201)
Início do Exercício.....	174.622	695.823
Fim do Exercício.....	113.137	174.622
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(61.485)	(521.201)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 26 de março de 2020.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujo os objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2019 e de 2018, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 20.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

continua...

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO BBI SA.....	30
BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MULTIPLO S.A.....	26
BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A.....	56
BRADESPAR SA.....	49
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM.....	43
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PART.....	40
CTG BRASIL NEGÓCIOS DE ENERGIA S.A.....	34
MERRILL LYNCH S/A CORR. DE TIT. E VAL. MOBILIARIOS.....	46
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.....	37
RIO PARANA ENERGIA S.A.....	58
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.....	3
RIO PARANAPANEMA PARTICIPAÇÕES S.A.....	14
TITANIUM HOLDINGS S.A.....	54
VOTORANTIM S.A.....	22

Diário Oficial

Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 59

Página 40

São Paulo, sexta-feira, 27 de março de 2020

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente